

CONTRIBUIÇÕES DA ECONOMIA CRIATIVA PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

RESUMO: A dominação da natureza por parte dos seres humanos ocasionou graves problemáticas em diferentes esferas – principalmente na ambiental, na social e na econômica –, de modo que, a partir da década de 70, surgiu um movimento protecionista, com a intenção de direcionar a atenção da sociedade para este corrente “desenvolvimento insustentável” e promover uma maior conscientização em torno da necessária sustentabilidade. Contudo, até hoje, mesmo que algumas melhorias tenham se concretizado, a realidade tem se mostrado cada vez mais complexa e desafiadora, o que torna a implementação do Desenvolvimento Sustentável ainda mais urgente. Tendo em vista este contexto, cresceu progressivamente o interesse acerca da criatividade e seu potencial enquanto um mecanismo de alavanca no processo de construção de novas dinâmicas socioeconômicas. Assim, no início dos anos 2000, surgiu a Economia Criativa, como uma provável resposta às problemáticas da atualidade. Dado o fortalecimento deste movimento, este ensaio busca discutir as contribuições da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, dentro e fora da academia.

Palavras-chave: Economia Criativa; Indústrias Criativas; Desenvolvimento Sustentável.

1 INTRODUÇÃO

O modelo econômico global dominante, resultante da aventura humana em direção à modernidade, está baseado em uma série de suposições sobre o funcionamento do mundo, sobre o que é a economia e para o que ela serve. Tal modelo passa a se desenvolver em paralelo ao conhecimento humano, cujo avanço se dá juntamente com o ímpeto da humanidade em superar limites, impondo a razão do prazer como o bem supremo sobre as leis da natureza, incontestáveis para as demais espécies (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). Neste caminhar, a busca pela redução da necessidade de esforço físico moveu o progresso ao mesmo tempo em que deu lugar à dominação do homem sobre a natureza. Tal perspectiva foi construída em um momento em que as “externalidades” ambientais e sociais eram consideradas relativamente pequenas ou solucionáveis.

Com o passar dos séculos, o conhecimento humano foi crescendo, e entre mudanças incrementais e transições radicais, com novas descobertas, invenções e inovações, o homem foi dominando cada vez mais as leis da natureza. Neste movimento, riscos foram se acumulando e consequências devastadoras passaram a fazer parte da vida na terra. As ameaças advindas de um alto ritmo de crescimento populacional também vêm sendo evidenciadas, à medida que o ecossistema se mostra sobrecarregado. Mudança climática, desastres naturais, poluição, larga geração de resíduos sólidos, extinção de animais e aquecimento global são apenas parte dos obstáculos relacionados ao meio ambiente. No que tange ao aspecto socioeconômico, observa-se a ampliação das desigualdades, ainda que, nas últimas duas décadas, cerca de 400 milhões de pessoas no mundo tenham saído da zona de pobreza (ELLIOTT, 2013).

A mudança desta realidade exige uma nova forma de desenvolvimento em que o consumo e a degradação do meio ambiente, com a busca do progresso material a qualquer preço, possam dar lugar a um modelo que considere a finitude dos recursos naturais e a qualidade da vida na terra. É neste cenário que, principalmente a partir da década de 70, um movimento protecionista, com a intenção de direcionar a atenção da sociedade global para o corrente ‘desenvolvimento insustentável’, passou a promover uma maior conscientização em

torno da tão necessária sustentabilidade. Desde então, é possível observar que alguns passos em direção ao progresso já foram dados neste sentido, como o surgimento de novos hábitos de consumo e processos inovadores, considerados mais sustentáveis. Entretanto, a complexidade dos desafios da atualidade – sejam sociais, ambientais, econômicos, culturais, entre outros – também cresceu, de modo que é exigido um esforço gradativamente maior para que sejam solucionados (ELLIOTT, 2013).

Neste processo, a urgência do Desenvolvimento Sustentável (DS) atingiu sobretudo a esfera organizacional, mesmo que, inicialmente, ainda fosse percebido enquanto um “mal necessário”. Aos poucos, estudiosos das ciências sociais aplicadas passaram a disseminar a noção de que a sustentabilidade, além de fundamental para a sobrevivência do planeta, poderia representar uma fonte de desenvolvimento para as organizações, de uma forma geral (HART; MILSTEIN, 2004). É neste sentido que o conceito de Desenvolvimento Sustentável pode ser considerado um elo entre a ecologia e a economia (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012), fortalecendo a noção de que “a sustentabilidade não é irreconciliável com o crescimento econômico”, sendo uma importante fonte de geração de valor para públicos diversos (HART; MILSTEIN, 2004, p. 65).

O debate sobre sustentabilidade organizacional e a necessidade de repensar materiais e processos fez crescer o interesse sobre o poder da criatividade, destacando-a enquanto possível mecanismo de alavanca no processo de construção de novas estratégias organizacionais. Finalmente, no início dos anos 2000, o conceito de Economia Criativa (EC) surgiu como uma provável resposta aos desafios existentes, tornando-se muito importante não só como fomento econômico, mas, igualmente, como promotora da inclusão social, da diversidade e do desenvolvimento (NEWBIGIN, 2010).

O conceito de EC ainda é algo novo enquanto campo de estudo, mas seu desafio está em identificar maneiras criativas de transformar as atuações dos segmentos considerados criativos em mecanismos de desenvolvimento econômico sustentável e inclusivo. Este processo exige uma nova mentalidade econômica, a qual requer a ampliação de práticas sustentáveis e a busca pelo fomento, de forma integral e holística, de uma visão do processo produtivo que favoreça o fortalecimento do vínculo entre desenvolvimento econômico e proteção ambiental (DE MORAES, 2018).

A partir deste entendimento, em 2019, a Organização das Nações Unidas convocou uma Assembleia Geral que discutiu o papel da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, buscando compreender os impactos que esta abordagem traz para a sustentabilidade global. Assim, por meio da exposição de uma série de argumentos, a Organização embasou sua decisão final, definindo 2021 como o “Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável”. Sumariamente, salientou-se que a Economia Criativa é capaz de contribuir para com diferentes dimensões, como a social, a cultural, a econômica, a ambiental, entre outras (ONU, 2019).

Apesar da contribuição potencial da Economia Criativa para o desenvolvimento sustentável, e do fenômeno se consolidar “como um campo promissor de investigação”, o assunto encontra-se disperso e fragmentado na literatura especializada e o seu conhecimento ainda permanece difuso, abrindo o campo para novas pesquisas (BENDASSOLLI et al, 2009, p. 11).

O estudo desenvolvido por De Almeida, Teixeira e Luft (2014) revelou que trabalhos em torno de Economia Criativa – tanto internacionais, quanto nacionais – foram publicados principalmente entre 2007 e 2013, verificando que o tema é recente e ainda está em crescimento. No tangente às palavras-chave, constatou-se que, no exterior, utiliza-se em maior número o termo “indústrias criativas”, ao passo que, no Brasil, as publicações com relação à Economia Criativa abordam mais as indústrias culturais.

Ampliar o debate sobre esta temática, além de auxiliar a preencher o gap científico existente, também implica em contribuição prática ao voltar maior atenção a essa Indústria. Assim, coloca-se luz sobre sua importância e potencial para a atração de mais e maiores investimentos na área – tanto de iniciativas públicas, quanto privadas –, para a aceleração do seu processo de desenvolvimento (HÖLZL, 2007; NEWBIGIN, 2010; BOP CONSULTING, 2010).

Tendo em vista os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) propostos pela ONU, este ensaio busca discutir as contribuições da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável dentro e fora da academia, considerando que a Economia Criativa é uma das diversas maneiras de transformar as dinâmicas organizacionais, alinhando-as aos ODS.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ao fim do século XX, concretizava-se a urgência de se imprimir um caráter sustentável ao desenvolvimento social e econômico, o que teve por base inúmeros alertas acerca do desequilíbrio instaurado no meio ambiente, cujo principal agente foi o ser humano. Ao romper crenças e dogmas culturais que levavam à sintonia para com a natureza, e, sobretudo, ao desmistificar a modificação radical em torno da lógica natural do mundo, os seres humanos desencadearam uma série de problemas que podem vir a comprometer, no longo prazo, a continuidade da vida no planeta Terra (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Neste contexto, em 1987, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), criada pela Organização das Nações Unidas (ONU), publicou um documento intitulado de Nosso Futuro Comum – também conhecido como Relatório Brundtland –, que lançou a ideia de desenvolvimento sustentável e apontou diferentes medidas que deveriam ser tomadas em nome da mitigação dos problemas correntes, sociais, ambientais e econômicos. Entre elas, destaca-se a limitação do crescimento populacional; a preservação do ecossistema e da biodiversidade; a garantia de acesso e de disponibilidade a recursos básicos, como alimentos, água e energia; atendimento às necessidades básicas dos indivíduos, como saúde, moradia e educação; desenvolvimento de tecnologias baseadas na utilização de fontes energéticas renováveis, alinhado à diminuição de consumo de energia; integração entre centros urbanos e áreas rurais, bem como controle da urbanização desordenada; aumento da produção industrial, baseada em tecnologias ecologicamente adaptadas, em países não-industrializados (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012). O Relatório define desenvolvimento sustentável como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a suas próprias necessidades” (CMMAD, 1991, p. 46), ao passo que caracteriza sustentabilidade como “um processo de transformação no qual a exploração dos recursos [...] e a mudança institucional se harmonizam e reforçam o potencial presente e futuro, a fim de atender às necessidades e aspirações humanas” (CMMAD, 1991, p. 49).

O desenvolvimento sustentável se configura enquanto uma temática extremamente complexa, que vem sendo discutida há anos. Grober (2015) assinala que o conceito de sustentabilidade não é invenção do “nosso tempo”, e que sua complexidade só pode ser compreendida a partir de uma retrospectiva histórica, que analise sua incorporação na longa tradição de pensamento humano. O autor identifica Hans Carl von Carlowitz, estudioso alemão do século XVIII, como precursor do conceito moderno de sustentabilidade, a partir da criação do termo “*Nachhaltigkeit*”. Muitos dos problemas atuais de insustentabilidade surgiram em decorrência da “contradição entre o crescimento ilimitado da intervenção humana sobre um mundo natural limitado”. No século XVIII, já era alertado o descompasso

entre o lento aumento dos meios de subsistência, quando comparado ao rápido crescimento da população. Infelizmente, só depois meio século que as novas tecnologias existentes foram incorporadas à produção do campo, com ênfase ao uso de fertilizantes não orgânicos e mecanização. Ainda assim, a preocupação quanto ao excessivo crescimento populacional foi sobrepujada por um grande otimismo relacionado à ampla capacidade científica e técnica de identificar soluções para os mais variados problemas. Dessa forma, iniciava-se um momento de triunfalismo e confiança, marcando a virada do século XIX e chegada dos anos 1900 (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012, p. 55).

Até seu último quarto, o século XX foi caracterizado fortemente por expansões. Crescia a população, o consumo de matérias primas, a produção, os mercados, os conhecimentos, os conflitos e, evidentemente, a degradação ambiental. Em contrapartida, por volta da década de 60, justamente em função dos riscos ambientais proveniente do progresso econômico, tem início uma mobilização – intelectual, política e militante –, que dá ensejo ao ambientalismo. Outros movimentos, como a luta pelos direitos civis, feminismo, pacifismos e hippieismo, também fortalecem uma série de transformações comportamentais e políticas. Logo, a partir de tantas correntes críticas ao industrialismo, a década de 1970 representou um salto com relação aos estudos que destacavam os limites ambientais, bem como a ideia de sustentabilidade (BURSZTYN; BURSZTYN, 2012).

Entre muitos dos avanços científicos tangentes à questão da sustentabilidade, destaca-se o estudo de John Elkington (1994), no qual o autor ressalta as vantagens proporcionadas a partir da integração de questões do desenvolvimento sustentável às estratégias organizacionais. Ao afirmar que este tipo de estratégia beneficia, simultaneamente, a empresa, seus clientes, e o meio ambiente, Elkington reforçou a ideia de que a sustentabilidade perpassa três esferas principais: a econômica, a social, e a ambiental. O autor, então, cunhou o termo “*Triple Bottom Line*” (TBL) – ou, em português, “*Tripé da Sustentabilidade*” – para designar esta última concepção. Mais tarde, em 2013, Elkington elaborou um novo trabalho, a fim de refletir sobre as evoluções e os novos desafios relacionados à discussão em torno do TBL. Sumariamente, o autor aponta que, para além do TBL, é necessária uma abordagem mais aprofundada, que abarque outros fatores e políticas governamentais, como segurança, trabalho, tecnologias, impostos, entre outros.

Neste contexto, é importante ressaltar também o trabalho de Sachs (1993), que define cinco dimensões de sustentabilidade, ampliadas para oito, em 2007 (SACHS, 2007): social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica, política-nacional e política-internacional. No entanto, mesmo com diversas instâncias sociais mais atentas à essa questão de extrema importância, a insustentabilidade continua sendo uma realidade concreta, até os dias de hoje. A listagem de problemas socioeconômicos e ambientais parece interminável. Conforme foi exposto anteriormente, muitas ações já foram despendidas na tentativa de mitigar tais problemáticas que permeiam a realidade, porém, poucas delas realmente surtiram efeitos extensos. Enquanto isso, aumenta a gravidade e a quantidade de questões a serem solucionadas, para que seja atingido um desenvolvimento sustentável.

Conforme evidenciado, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ONU, 2015) envolvem uma ampla gama de questões, o que condiz com a complexidade das problemáticas que permeiam a atualidade. Tratam-se de temáticas que estão relacionadas entre si, de modo que todas devem ser trabalhadas simultaneamente. Esta é, de fato, uma árdua tarefa, uma vez que alguns problemas são mais urgentes que outros e, assim, acabam sendo prioritários. Apesar disso, entende-se que, sempre que possível, os diferentes planos de ação estabelecidos sobre cada um dos respectivos ODS devem ser executados de forma concomitante, a fim facilitar e agilizar este tão importante processo de transformação.

O ano de 2020 trouxe consigo mais uma prova de que a implementação dos ODS não pode mais ser negligenciada: o advento da pandemia causada pelo Covid-19, também

conhecido como coronavírus, causou a morte de 789 mil pessoas ao redor do mundo, aproximadamente, de janeiro a agosto. No mesmo período, o número de infectados chegava a quase 6 milhões e meio. A Organização Mundial da Saúde (OMS) já havia declarado, em 30 de janeiro, que o surto da doença se caracterizava como uma Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional, o nível mais alto de alerta da OMS, de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional. Em 11 de março de 2020, o Covid-19 foi decretado como uma pandemia, pela Organização (OPAS, 2020). Segundo a ONU (2020), “a pandemia da COVID-19 é um forte aviso de como estamos todos interligados – uns com os outros e com a natureza.”.

Em entrevista, Ricardo Abramovay (2020) afirma que o desenvolvimento sustentável pós Covid-19 deve ser pensado a partir de três dimensões básicas: i) o aumento da capacidade de enfrentamento dos problemas de saúde pública, a qual se mostrou absolutamente insuficiente no decorrer da pandemia e, assim, revelou tragicamente o alcance das desigualdades, visto que as populações negra e de baixa renda foram as mais afetadas pela doença; ii) a revisão dos padrões de mobilidade, uma vez que o enfrentamento da pandemia tem, como uma de suas bases, o isolamento social e, assim, incentivou enormemente a realização de atividades à distância, digitalmente. Em consequência, observou-se o descongestionamento dos centros urbanos e a diminuição do grau de poluição; iii) a ampliação da alimentação saudável, dado que, tanto a obesidade mórbida, quanto a fome, causam maior risco de óbito por Covid-19.

Segundo Abramovay (2020), “a base do desenvolvimento sustentável é o reconhecimento de que tudo que nós fazemos depende de um conjunto de serviços ecossistêmicos que nos são oferecidos [...] pela natureza.”. A partir da emergência dessa concepção, tornou-se cada vez mais evidente que o mundo precisava adotar um novo tipo de economia. O campo empresarial, progressivamente, passou a reconhecer a importância de uma transformação na forma de geração e aumento de vantagem competitiva por parte das organizações. Na seção a seguir, será melhor descrito como a sustentabilidade é observada à luz da lógica organizacional.

3 ECONOMIA CRIATIVA E INDÚSTRIAS CRIATIVAS

O desejo de criar coisas que ultrapassem a dimensão pragmática – que são bonitas ou que possuem valor cultural a partir do entretenimento, das artes visuais, do teatro e da música, ou, sobretudo, que representem uma posição social através da moda e do estilo – é muito antigo, tanto quanto é a humanidade. A base da Economia Criativa, como é conhecida hoje, deu-se a partir do momento em que atividades tradicionais do trabalho industrial e cultural – produção, design, representação e decoração – começaram a se vincular com uma ampla gama de atividades modernas – a publicidade, o desenho gráfico, o design de roupa e a mídia de imagens em movimento – e, essencialmente, quando, por meio do poder da tecnologia digital, se tornaram mais abrangentes (NEWBIGIN, 2010).

Assim, compreende-se que a EC remete a fronteiras antigas, visto que oportuniza com que negócios prosperem por meio de suas próprias culturas. Entretanto, em meio à modernidade, a Economia Criativa representa novas perspectivas relacionadas à criação de valor: a transformação de ideias criativas em produção tangível de produtos e serviços (WANG; WU, 2016). O termo em si só foi cunhado no ano de 2001, pelo autor britânico John Howkins, quando utilizou a expressão “Economia Criativa” em seu livro *“The Creative Economy: how people make money from ideas”*, no qual relaciona a criatividade com a ciência econômica. Para o autor (2001, tradução nossa), a “criatividade não é nova, e nem é a economia, mas o que é novo é a natureza e a extensão do relacionamento entre elas, e como

elas se combinam para criar extraordinário valor e riqueza”. Howkins emprega o termo de forma ampla, abarcando quinze indústrias criativas que se espalham sobre diferentes campos, como artes, tecnologia ou ciência. Ainda, o autor defende uma divisão entre dois tipos de criatividade: aquela que diz respeito à realização individual, sendo uma característica humana, e a que tange à geração de produtos, presente nas sociedades industriais (HOWKINS, 2001; UNCTAD, 2008).

Tendo em vista que “Economia Criativa” é uma noção abrangente e subjetiva, que ainda vem sendo construída, não existe uma definição única a ser empregada para classificação do termo (UNCTAD 2008; UNESCO, 2013). Entretanto, a Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento – ou, em inglês, *United Nations Conference on Trade and Development* (UNCTAD) –, em documento publicado em 2008 (p. 15, tradução nossa), definiu Economia Criativa como “um conceito em evolução baseado em ativos criativos que, potencialmente, geram crescimento e desenvolvimento econômico”. Segundo Serra (2012, p. 207), a EC “designa um conjunto de atividades que tem na criatividade seu centro de geração de valor”, e possui as seguintes principais características: i) emprego dos talentos individuais e da criatividade como recursos produtivos fundamentais; ii) intangibilidade; iii) uma vez que produz intangíveis, baseia-se, essencialmente, na produção de serviços; iv) a produção de bens, por parte da indústria, refere-se aos “veículos de fruição” necessários para o consumo destes produtos; v) em função da crescente relevância destes veículos, tem-se o estreitamento entre arte e tecnologia; vi) a multidisciplinaridade em razão da diversidade de saberes e talentos incorporados nestes produtos; vii) a sustentabilidade, em consequência da redução da pressão exercida por estes produtos sobre o meio ambiente; viii) o alto valor agregado de grande parte destes produtos; e ix) a geração de valor em potencial na forma de direitos de propriedade intelectual.

A Economia Criativa engloba as Indústrias Criativas (IC), outro conceito muito conhecido e mencionado. Certas vezes, por engano, os dois termos (EC e IC) podem ser tratados enquanto sinônimos, porém, refletem questões diferentes. Na verdade, a indústria criativa é composta por setores econômicos que se baseiam na criatividade e intangibilidade, e está relacionada às atividades que envolvem propriedade intelectual e/ou direitos autorais. A Economia Criativa, por sua vez, é gerada por essas indústrias (criativas), bem como o impacto gerado pela distribuição destes bens e serviços criativos em outros processos da economia e diversos contextos sociais (REIS, 2012; LINHARES; DA SILVA, 2018).

Conforme foi mencionado anteriormente, não existe grande concordância acerca da definição do termo “Economia Criativa”. Cada vez mais, convergem as classificações a respeito das Indústrias Criativas (UNCTAD, 2008), ainda que as fronteiras entre estas classificações não estejam muito bem delimitadas (JEFFCUTT, 2000). O termo “Indústrias Criativas”, que começou a ser mais utilizado há, em média, duas décadas, é empregado com o fim de descrever um conjunto de atividades que, em parte, são muito antigas e, em sua outra parcela, só passaram a existir a partir do estabelecimento das tecnologias digitais (BENDASSOLLI *et. al.*, 2008). Algumas dessas atividades já eram abarcadas pela chamada “Indústria Cultural”, que surgiu em meio ao cenário pós-guerra enquanto uma crítica sobre as limitações da vida cultural moderna (UNCTAD, 2008). Os precursores desse raciocínio foram os membros da Escola de Frankfurt, a qual era liderada, principalmente, por Adorno e Horkheimer (ADORNO; HORKHEIMER, 1985). Na época, o termo “Indústria Cultural” foi cunhado com o objetivo de ressaltar a contradição existente entre estas duas palavras que reúne, por um lado a indústria; por outro, a cultura. Atualmente, de maneira geral, o termo é observado como uma referência às indústrias que produzem serviços e bens culturais (UNCTAD, 2008). Para a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), por exemplo, a Indústria Cultural “combina a criação, produção e comercialização de conteúdos intangíveis e culturais por natureza. Esses conteúdos são,

tipicamente, protegidos por direitos autorais e podem assumir a forma de bens ou serviços” (UNCTAD, 2008, p. 11, tradução nossa).

De acordo com Bendassolli e colaboradores (2008), as indústrias culturais, num âmbito geral, envolvem setores como museus e galerias, artes visuais e artesanato, música, filmes, literatura, artes performáticas, entre outros. A substituição do termo “indústrias culturais” pelo termo “indústrias criativas” sugere uma tentativa de articulação entre as esferas da cultura e da arte com os domínios dos negócios e da tecnologia. Assim, o entendimento sobre “indústrias criativas” que se desenvolveu excede a noção de que atividades culturais e artísticas são predominantemente não-econômicas, mas que, sim, podem ir ao encontro de um cunho comercial (UNCTAD, 2008).

Compreende-se que a utilização da nomenclatura “indústrias criativas” ganhou força em 1994, quando, na Austrália, o governo federal lançou o documento *Creative Nation*, como uma iniciativa pioneira em desenvolver, formalmente, uma política cultural (DEPARTMENT OF COMMUNICATIONS AND THE ARTS, 1994). Em 1997, com a composição do *Creative Industries Task Force*, por parte do Departamento de Cultura, Mídia e Esportes (DCMS, 2001, p. 6, tradução nossa), pertencente ao governo britânico (UNCTAD, 2008), foi cunhada a definição que passou a ser reconhecida como “indústrias criativas”, que foi amplamente aceita pela comunidade envolvida. Assim, permanece esse entendimento nos dias de hoje: “são aquelas indústrias que têm origem na criatividade, capacidade e talento individuais, e que possuem potencial de criar riqueza e empregos por meio da geração e exploração da propriedade intelectual”. Jeffcutt (2000) afirma que as indústrias criativas são uma importante – ainda que contestada – arena de desenvolvimento, que se insere nas sociedades baseadas no conhecimento.

Conforme apontado pela UNESCO (2013), diferentes classificações estruturais acerca das indústrias culturais e criativas foram desenvolvidas ao longo do tempo, a fim de promover um entendimento sistemático sobre as características de sua estrutura. Como esclarecido anteriormente, a própria definição do termo Indústrias Criativas pode variar, dependendo do contexto de inserção. Comunidades acadêmicas, assim como instituições interessadas, frequentemente se propõem o desafio de reformular um modelo estrutural já estabelecido, para que uma nova concepção aprimorada melhor convirja com a sua realidade local.

O DCMS (2001) sugere treze segmentos criativos: Publicidade; Arquitetura; Artes e antiguidades; Artesanatos; Design; Moda; Cinema; Software interativo de lazer; Música; Artes cênicas; Editorial; Serviços de software e computadores; Televisão e rádio.

Já Throsby (2008) desenvolveu um modelo de “círculos concêntricos”, que propõe quatro divisões: i) principais artes criativas: Literatura; Música; Artes cênicas; Artes visuais; ii) principais indústrias culturais e creativas: Cinema; Fotografia; Museus, galerias e livrarias; iii) amplas indústrias culturais: Serviços patrimoniais; Gravação de som; Televisão e rádio; Jogos de vídeo e computador; iv) indústrias relacionadas: Publicidade; Arquitetura; Design; Moda.

A Fundação do Trabalho britânica (THE WORK FOUNDATION, 2007) desenvolveu uma diferente tipologia de modelo “círculos concêntricos” que envolve: i) principais campos criativos: produtos e atividades comerciais que possuem um alto nível de expressão e detêm direitos autorais; ii) indústrias culturais: envolvem a produção em massa de atividades e produtos detentores de direitos autorais; iii) indústrias criativas: a prática da expressão é essencial para a performance desse setor; iv) restante da economia: setores de manufatura e de serviços que se beneficiam das indústrias criativas, por meio da exploração de seus produtos e atividades comerciais.

A UNCTAD (2008) propõe dois amplos domínios, Mídia e Criações Funcionais, os quais abarcam subgrupos, que, por sua vez, são compostos por seus respectivos serviços e atividades criativas. O domínio Mídia abarca: i) Editorial e mídia impressa: livros, jornais, entre outros; ii) Audiovisual: cinematografia e serviços de audiovisual; iii) Nova mídia: mídia

gravada e videogames. Já o domínio Criações Funcionais contempla: i) Design: gráfico; de moda; de jóias, de brinquedos; de interiores; ii) Serviços criativos: publicidade, pesquisa de mercado e serviços de opinião pública; serviços de arquitetura e engenharia; serviços de pesquisa e desenvolvimento; serviços culturais e recreacionais.

A Federação do Estado do Rio de Janeiro, por sua vez, elaborou um fluxograma da cadeia de Indústria Criativa no Brasil. Nele, utiliza-se uma divisão entre três grandes categorias: Indústria Criativa (núcleo); Atividades Relacionadas; e Apoio. O núcleo da Indústria Criativa é composto por atividades econômicas e/ou profissionais que possuem as ideias como o principal insumo para geração de valor. Já as Atividades Relacionadas representam os estabelecimentos e profissionais que provêm bens e serviços à IC, diretamente. Elas são constituídas, em sua maioria, pelas empresas de serviços, indústrias e profissionais fornecedores de materiais e elementos que são essenciais para o funcionamento do núcleo criativo. Num terceiro plano, a categoria Apoio representa os ofertantes de serviços e bens à IC, indiretamente. Ainda, a FIRJAN adota a concepção de 13 segmentos criativos, mas sugere sua divisão em quatro diferentes “Áreas Criativas”: Consumo, Cultura, Mídias e Tecnologia. Esta agregação foi concebida a partir da análise das características semelhantes e compartilhadas entre os segmentos, para que fosse facilitada a leitura do comportamento de cada área e seus respectivos segmentos ao longo dos anos, bem como a identificação das vocações dos estados e regiões brasileiras (FIRJAN, 2014; FIRJAN, 2019).

4 ECONOMIA CRIATIVA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

As Indústrias Criativas, por se apoiarem essencialmente em ativos intangíveis e inesgotáveis – como conhecimento, criatividade e cultura – passam a se relacionar ao Desenvolvimento Sustentável. Diversas são as reflexões que amparam esta concepção, a qual vem ganhando maior atenção recentemente e que serão abordadas na sequência. Cada vez mais, torna-se evidente de que cada segmento criativo pode ser empregado em prol da sustentabilidade.

Conforme aponta De Moraes (2018), no que tange à inserção da Economia Criativa na América Latina, a expectativa é a de que, em um primeiro momento, sejam desenvolvidos os setores de serviços e de bens intangíveis, o que representa um benefício econômico. Posteriormente, em uma segunda fase, o capital acumulado poderia ser aplicado em setores de tecnologia de ponta com viés sustentável – como o de biotecnologia, energias renováveis, bioconstrução, arquitetura bioclimática, entre outros –, beneficiando a esfera ambiental. Além das esferas econômica e ambiental, a EC pode contribuir para a esfera social na medida em que exalta as capacidades, talentos, conhecimentos e habilidades individuais, podendo ampliar oportunidades, diversidade, liberdade, transversalidade e intersetorialidade em meio às redes sociais. Para isso, é fundamental que seja proporcionado o aumento do nível de formação e capacitação da sociedade como um todo, assim como o estímulo ao desenvolvimento da criatividade (DE MORAES, 2018).

Se cada segmento criativo for analisado à luz de sua contribuição ao DS, torna-se possível verificar suas contribuições específicas neste contexto. Os setores relacionados à comunicação e criação de conteúdo – como, por exemplo, Publicidade e Marketing, Audiovisual, Música, e Artes Cênicas – poderiam ser utilizados como meios de divulgação de conteúdos educacionais sobre o meio ambiente ou, igualmente, de políticas ambientais. A disseminação desse tipo de conhecimento, auxilia na conscientização acerca do Desenvolvimento Sustentável (DE MORAES, 2018).

As tendências sustentáveis no segmento de Moda, por exemplo, vêm se expandido. As consequências da produção estilo *fast fashion* têm sido denunciadas com maior frequência e,

consequentemente, contrapostas pela emergência do consumo consciente. Este último, apesar de ainda ser um movimento tímido, conquista aos poucos seu público, a partir da compreensão de que a responsabilidade por escolhas mais sustentáveis também é do consumidor, além de ser do fabricante. Em relação ao processo de confecção, o *slow fashion* se preocupa em não utilizar materiais poluentes e processos químicos, bem como em empregar mão-de-obra em condições dignas e justas. Revisar a logística reversa, gerir os resíduos de fabricação e realizar aproveitamento total da matéria-prima também são outras características deste novo mercado (DIGITALE TÊXTIL, 2019).

Acredita-se que uma visão sistêmica acerca da sustentabilidade também tangencia o segmento de Gastronomia, uma vez que os consumidores estão desenvolvendo um olhar mais clínico, atentando-se aos impactos no meio ambiente em função dos seus hábitos alimentares, bem como nutrição e procedência de alimentos. A inserção, na gastronomia, de práticas sustentáveis, proporciona melhorias sociais, ambientais e econômicas, como: i) proteção de espécies em perigo de extinção; ii) redução no desperdício de alimentos e, consequentemente, diminuição na geração de resíduos; iii) valorização da agricultura local e/ou familiar; iv) pecuária sustentável, objetivando a redução de desmatamentos e de emissão de gases na atmosfera; e v) outras reflexões e melhorias acerca dos processos de produção, comercialização e consumo de produtos alimentares (SEBRAE, 2019).

Já os segmentos Expressões Culturais e Patrimônio e Artes contemplam, principalmente, a dimensão cultural da sustentabilidade. A Agenda 2030 reconhece “que todas as culturas e civilizações podem contribuir para, e constituem elementos cruciais de desenvolvimento sustentável.” (ONU, 2015, p. 12). Dessa forma, faz-se indispensável a proteção e a manutenção dos patrimônios culturais existentes nos contextos urbanos. Inclusive, conforme apontam Fuentesfria e Bueno (2018, n.p), a cultura diz respeito às relações humanas e os costumes intrínsecos à uma determinada população, o que tem relação direta com a sustentabilidade:

A consideração da cultura como o quarto pilar da sustentabilidade a eleva ao patamar basilar, pois sustenta e reflete a relação do ser humano não só com os recursos naturais, econômicos e políticos, mas, principalmente, as relações entre os seres humanos entre si. Por isso, investir em cultura é pensar de forma sistêmica, fomentando o equilíbrio dinâmico para a manutenção da sociedade. Preservá-la inclui valorizar e promover espaços para manifestações culturais, mas também alimentar e manter hábitos mais sustentáveis.

De acordo com Suciú e Năsulea (2019), as Indústrias Criativas permitem com que o capital intelectual impulse resultados positivos provenientes de práticas baseadas em inovação e conhecimento, direcionadas para o DS. As autoras acreditam também que as IC, aliadas aos outros componentes da Economia Criativa, são capazes de embasar ainda mais o entendimento acerca dos principais fatores e recursos que suportam um desenvolvimento inclusivo e sustentável a longo prazo. Ao fortalecer a ampliação de indústrias criativas e inovadoras, fortalece-se também a base para um desenvolvimento sustentável, de maneira ampla e sólida, uma vez que passam a serem exploradas múltiplas interconexões entre as dimensões social, ambiental, econômica e cultural. Nesse sentido, soluções para questões complexas da atualidade, como mudanças climáticas, energia, poluição, segurança alimentar, migração, entre outras, podem ser encontradas a partir da aplicação dos princípios da “Cultura da Excelência”, que se baseia “no diálogo e na cooperação entre os formadores de política que interagem em todos os níveis das atividades econômicas” (p. 73).

De fato, políticas públicas são um fator elementar no que diz respeito à implementação da Economia Criativa e, assim, na evolução em direção à sustentabilidade. Há mais de 20 anos, as primeiras ocorrências políticas relacionadas à Economia Criativa começavam a surgir. Em 1997, um manifesto pré-eleitoral de um novo partido trabalhista inglês da época, chamado New Labour, identificou a indústria criativa enquanto um setor particular da

economia britânica. A partir do expressivo ritmo de crescimento deste setor, o partido reconheceu sua necessidade e seu merecimento por políticas públicas específicas (MIGUEZ, 2007). Com o passar dos anos, as indústrias criativas foram, gradativamente, conquistando a atenção por parte dos formuladores de políticas públicas, tendo em vista sua representatividade e seu potencial de impacto para com o desenvolvimento de cidades e de países (JEFFCUTT, 2005).

Nos últimos anos, principalmente em decorrência do impacto da recessão econômica global, observou-se a transformação do debate referente às políticas públicas e outras formas de apoio ao setor cultural e à Economia Criativa (ROSSELLÓ, 2014). No Reino Unido, capital global do debate relacionado à EC, vem sendo desenvolvido um conjunto abrangente de políticas de incentivo aos setores por ela englobados, estimulando a ampliação da discussão em torno de sua necessidade e importância, em âmbito global. Inicialmente, as políticas públicas propostas objetivavam o posicionamento da Economia Criativa enquanto um motor para o desenvolvimento, alterando radicalmente os modelos tradicionais de políticas culturais e incorporando a cultura na agenda macroeconômica mais extensa. Em seguida, foram implementados diferentes tipos de fomentos e políticas públicas, tais como financiamentos, subsídios, isenções fiscais, cessão de espaços públicos, facilidades de crédito, compras governamentais, criação de fundos de capital de risco, entre outros. Compreende-se que estas ações podem facilitar a ascensão de uma economia mais inovadora, diversificada e sustentável, auxiliando o Reino Unido no processo de superação da recessão (GOLDENSTEIN, 2014).

No Brasil, em contrapartida, o tema Economia Criativa vem conquistando seu espaço sob os holofotes, embora algumas vezes não pareça um movimento muito substancial: “apesar da grande quantidade de artigos publicados e da realização de simpósios, workshops e eventos sobre o assunto, ainda estamos muito atrasados no debate.” (GOLDENSTEIN, 2014, p. 93). De Castro (2014), colaboradora do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), entretanto, aponta que, no órgão, questões da Economia Criativa vêm sendo colocadas como fundamentais, sendo inclusive trabalhadas por departamentos direcionados especificamente ao tema. Além disso, em 2012, o governo federal oficializou a criação da Secretaria da Economia Criativa, conforme mencionado na seção 2.1.2 do presente trabalho. Assim, a SEC representa “o desafio do Ministério da Cultura de liderar a formulação, implementação e monitoramento de políticas públicas para um novo desenvolvimento fundado na inclusão social, na sustentabilidade, na inovação e, especialmente, na diversidade cultural brasileira.” (BRASIL, 2011, p. 23).

O processo de elaboração do plano de ação da SEC, planejado para ser executado durante o período de 2011 a 2014, contou com a participação de parceiros e especialistas institucionais, como secretarias e fundações de cultura, agências de fomento e desenvolvimento, organizações do Sistema S, empresas estatais, organismos bilaterais e multilaterais internacionais, além de 16 ministérios e outros órgãos do Governo Federal. Foram executadas, ao total, oito etapas de planejamento, conforme demonstra a tabela 3 (BRASIL, 2011).

A partir dos oito momentos de elaboração do plano de ação, foi apresentado um conjunto de iniciativas, diretrizes e políticas, a serem implementadas até o ano de 2014. As iniciativas foram articuladas de modo interministerial e com diferentes parceiros privado e públicos, a partir de seus principais eixos de atuação: desenvolvimento de monitoramentos e pesquisas; institucionalização de territórios criativos; estabelecimento de marcos regulatórios em prol da Economia Criativa brasileira; fortalecimento e promoção de organizações associativas (redes, coletivos e cooperativas); fomento financeiro e técnico direcionado a empreendimentos e negócios dos setores criativos; e formação para competências criativas, a fim de promover inclusão produtiva (BRASIL, 2012).

A dimensão política da EC, segundo Duisenberg (2008), se interliga com sua natureza multidisciplinar, dado que, idealmente, as políticas públicas deveriam ser integradas e sincronizadas, promovendo a sinergia entre os instrumentos políticos e as ações interministeriais – ministério das finanças, do comércio, do trabalho, da cultura, das relações exteriores, do turismo e da tecnologia – e, assim, a EC. Além disso, a Economia Criativa também é onipresente na vida dos indivíduos, encontrando-se em diferentes esferas do cotidiano, seja no trabalho, na alimentação, no entretenimento, no vestuário, na moradia. Seu caráter atemporal, por sua vez, reflete o modo com que o conhecimento do passado pode ser associado às tecnologias do presente, sendo voltados, então, ao futuro (DUISENBERG, 2008).

Outra característica destacada por Duisenberg (2008), relaciona-se com os valores culturais da EC, que, unidos à formação étnica e histórica inata de cada indivíduo, representam a essência da diversidade cultural da atualidade. Em meio à predominância da homogeneidade de estilos e gostos de hoje, os quais são conduzidos principalmente pela mídia, é fundamental que a diversidade seja destacada, o que pode ser viabilizado por meio da Economia Criativa.

Finalmente, no que tange à inclusão social, talentos marginalizados podem vir a ser destacados como produtores econômicos, uma vez que a EC se baseia em habilidades individuais. Assim, a partir da promoção do trabalho criativo e consequente criação de novos empregos, a pobreza e a desigualdade entre gêneros podem ser combatidas (DUISENBERG, 2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em dezembro de 2019, na 74ª sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas, 2021 foi declarado como o “*International Year of Creative Economy for Sustainable Development*” – ou, em português, Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável –, o que confirma a concepção de que a EC, além de contribuir para o desenvolvimento econômico, também pode contribuir para com as esferas social, ambiental, cultural, entre outras (ONU, 2019).

O documento oficial da declaração apresenta uma série de argumentos, os quais embasam a decisão divulgada. Sumariamente, salienta-se que a EC é capaz de contribuir para com as três principais dimensões do DS – social, econômica e ambiental – e, portanto, para o alcance de objetivos propostos pela Agenda 2030, tais como a erradicação da pobreza, o incentivo ao crescimento econômico e à inovação, a criação de empregos decentes para todos, o aprimoramento da qualidade de vida dos indivíduos, entre outros.

Ainda, destaca-se que a Economia Criativa pode propiciar, por intermédio da criatividade e da inovação, o alcance do desenvolvimento inclusivo, equitativo e sustentável, visto que facilita as transições da vida e apoia mulheres, jovens, idosos e migrantes e outras pessoas em situações vulneráveis (ONU, 2019).

O documento também recomenda que países em desenvolvimento, progressivamente, adotem uma maior produtividade econômica no que tange aos setores de alto valor agregado, por meio da diversificação, criação de trabalhos de qualidade, pesquisa e inovação, modernização tecnológica, preservação de heranças culturais, entre outras estratégias.

Neste contexto, faz-se adequada a promoção da Indústrias Criativas, dado que abarcam setores que, por meio da criatividade, podem auxiliar na promoção do Desenvolvimento Sustentável, minimizando riscos ambientais e aumentando as possibilidades de incremento de renda e o atendimento a demandas sociais. De fato, a Economia Criativa assume um importante papel no apoio ao empreendedorismo, bem como no incentivo à formalização e crescimento de micro, pequenas e médias empresas (ONU, 2019).

Além de ter declarado 2021 como o Ano Internacional da Economia Criativa para o Desenvolvimento Sustentável, a Assembleia Geral da ONU propõe que, em cada país, todas as organizações, a sociedade e a academia confirmem a devida relevância a essas questões. Dessa forma, aos poucos, espera-se que seja conquistada uma ampla conscientização, bem como cooperação e trabalho em rede, de modo a incentivar a implementação de práticas sugeridas pela Economia Criativa, sinergicamente (ONU, 2019).

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Como será o desenvolvimento sustentável pós-coronavírus?. [Entrevista concedida ao] Museu do Amanhã. 2020. Disponível em:

<<https://www.youtube.com/watch?v=I9gjTUaf2H8&t=864s>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

ADORNO, T.; HORKHEIMER, M. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

BENDASSOLLI, P.; WOOD JR., T.; KIRSCHBAUM, C.; PINA E CUNHA, M. Indústrias criativas: definição, limites e possibilidades. *Revista de Administração de Empresas*, v. 49, n. 1, p. 10-18, 2009.

BRASIL. *Plano da Secretaria da Economia Criativa: políticas, diretrizes e ações*, 2011 - 2014. Brasília: Ministério da Cultura, 2011.

BRITISH COUNCIL. *A Economia Criativa brasileira: análise da situação e avaliação do Programa de Empreendedorismo Social e Criativo financiado pelo Newton Fund*. 2018.

BRITISH COUNCIL. *Mapping the creative industries: the UK context*. London, 2005.

BURSZTYN, M.; BURSZTYN, M. A. *Fundamentos de política e gestão ambiental: os caminhos do desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

CMMAD - COMISSÃO MUNDIAL SOBRE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso futuro comum*. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1991.

DCMS - DEPARTMENT FOR DIGITAL, CULTURE, MEDIA AND SPORT. *Creative Industries Mapping Documents 2001*. United Kingdom, 2001.

DE ALMEIDA, A. S.; TEIXEIRA, R. M.; LUFT, M. C. Mapeando a produção científica sobre economia criativa em periódicos nacionais e internacionais de 2000 a 2013. *Revista Pensamento Contemporâneo em Administração*, v. 8, n. 4, p. 23-47, 2014.

DE CASTRO, L. Novas políticas em debate. In: BRITISH COUNCIL. *Novas direções na formulação de políticas para a Economia Criativa*. London/São Paulo: Creative Economy Unit, British Council, 2014.

DE MORAES, I. A. Economia criativa e desenvolvimento sustentável na América Latina: potencialidades e desafios. *Diálogo com a Economia Criativa*, v. 3, n. 9, p. 22-43, 2018.

DEPARTMENT OF COMMUNICATIONS AND THE ARTS. *Creative nation: commonwealth cultural policy*. Australia, 1994.

- DIGITALE TÊXTIL. *Sustentabilidade na moda: desafios e oportunidades para confecções*. 2019. Disponível em: <<http://digitaletextil.com.br/blog/sustentabilidade-na-moda/>>. Acesso em: 24/06/2020.
- DUISENBERG, E. Economia Criativa: uma opção de desenvolvimento viável?. In: REIS, A. C. (Org.). *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.
- ELKINGTON, J. Towards the sustainable corporation: win-win-win business strategies for sustainable development. *California Management Review*, v. 36, n. 2, p. 90-100, 1994.
- ELLIOTT, J. A. *An introduction to Sustainable Development*. 4 ed. New York: Routledge, 2013.
- FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro, 2014.
- FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. *Mapeamento da Indústria Criativa no Brasil*. Rio de Janeiro: SENAI, 2019.
- FUENTEFRÍA, L.; BUENO, A. *Por que a sustentabilidade também precisa ser cultural?*. 2018. Disponível em: <<https://vilaflores.wordpress.com/2018/04/02/por-que-a-sustentabilidade-tambem-precisa-ser-cultural/>>. Acesso em: 26/06/2020.
- GOLDENSTEIN, L. Trocando experiências para aprofundar o debate no Brasil. In: BRITISH COUNCIL. *Novas direções na formulação de políticas para a Economia Criativa*. London/São Paulo: Creative Economy Unit, British Council, 2014.
- GROBER, U. The discovery of sustainability: the genealogy of a term. IN: ENDERS, J. C.; REMIG, M. (Ed.). *Theories of Sustainable Development*. 1 ed. New York: Routledge, 2015.
- HART, S.; MILSTEIN, M. Criando valor sustentável. *RAE executivo*, v. 3, n. 2, p. 65-79, 2004.
- HÖLZL, K. *Creative Industries in Europe and Austria: Definition and potential*. Call for Creative Futures Conference Proceedings, 2007.
- HOWKINS, J. *The Creative Economy: how people make money from ideas*. United Kingdom: Penguin, 2001.
- JEFFCUTT, P. Indústrias criativas. *GV EXECUTIVO*, v. 3, n. 4, p. 37-41, 2005.
- JEFFCUTT, P. Management and the creative industries. *Studies in cultures, organizations and societies*, v. 6, n. 2, p. 123-127, 2000.
- LINHARES, V.; DA SILVA, T. A influência das políticas públicas no fortalecimento de empreendimentos criativos em Parintins/AM. *Revista Caribeña de Ciencias*, 2018.
- MIGUEZ, P. Economia criativa: uma discussão preliminar. In: NUSSBAUMER, G. (Org.) *Teorias e políticas da cultura: visões multidisciplinares*. EDUFBA: Salvador, 2007.
- NEWBIGIN, J. *A Economia Criativa: um guia introdutório*. Série Economia Criativa e Cultural, v. 1. Reino Unido: British Council, 2010.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *International Year of Creative Economy for Sustainable Development*, 2021. 2019.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. ONU: *oceanos são pulmões do planeta e maior meio de absorção de carbono*. 2020. Disponível em:

<<https://nacoesunidas.org/onu-oceanos-sao-pulmoes-do-planeta-e-maior-meio-de-absorcao-de-carbono/>>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

ONU - ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. 2015.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. *Folha informativa - COVID-19* (doença causada pelo novo coronavírus). 2020. Disponível em: <

https://www.paho.org/bra/index.php?option=com_content&view=article&id=6101:covid19&Itemid=875>. Acesso em: 08 de junho de 2020.

REIS, A. C. F. *Economia Criativa como estratégia de desenvolvimento: uma visão dos países em desenvolvimento*. São Paulo: Itaú Cultural, 2008.

ROSSELLÓ, P. Investigando políticas. In: BRITISH COUNCIL. *Novas direções na formulação de políticas para a Economia Criativa*. London/São Paulo: Creative Economy Unit, British Council, 2014.

SACHS, I. Estratégias de transição para o século XXI. In: BURSZTYN, M. (Org.). *Para pensar o desenvolvimento sustentável*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

SACHS, I. *Rumo à ecossocioeconomia: teoria e prática do desenvolvimento*. Cortez, 2007.

SEBRAE - SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. *Gastronomia sustentável vem mudando o mercado da alimentação*. 2019. Disponível em: <<https://m.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/semanadomei2019/conteudos/gastronomia-sustentavel-vem-mudando-o-mercado-da-alimentacao,abfb103bc7d1b610VgnVCM1000004c00210aRCRD>>. Acesso em: 25/06/2020.

SERRA, N. Economia criativa e políticas públicas: uma contribuição ao debate. In: ZIMERMAN, A.; DIETRICH, A. M. (Org.). *Café com PP: novas abordagens de políticas públicas no Brasil*. Santo André: Universidade Federal do ABC, 2012.

SUCIU, M.-C.; NĂSULEA, D.-F. Intellectual capital and creative economy as key drivers for competitiveness towards a smart and sustainable development: challenges and opportunities for cultural and creative communities. In: *Intellectual capital management as a driver of sustainability*. Springer, 2019.

THE WORK FOUNDATION. *Staying ahead: the economic performance of the UK's creative industries*. United Kingdom: DCMS, 2007.

THROSBY, D. The concentric circles model of the cultural industries. *Cultural Trends*, v. 17, n. 3, p. 147-164, 2008.

UNCTAD - UNITED NATIONS CONFERENCE ON TRADE AND DEVELOPMENT. *Creative Economy: Report 2008*. Switzerland, 2008.

UNESCO - UNITED NATIONS EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION. *Creative Economy Report 2013: Special Edition*. New York: UNDP, 2013.

WANG, Z.; WU, J. Knowledge Systems Engineering: a complex system view. In: NAKAMORI, Y. (ed.). *Knowledge Synthesis: western and eastern cultural perspectives*. Translational Systems Sciences, v. 5. Japan: Springer, 2016.